

AVALIAÇÃO DO CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL NA APA DA RESTINGA DE MARICÁ-RJ

David da Silva Loureiro (Autor)
Davidsl_06@hotmail.com
Matheus Lage Matias (Co-autor)
Desirrée Guichad Freire (Co-autor)
FFP/ UERJ

INTRODUÇÃO

O debate sobre as questões sócio-ambientais que tratam das Unidades de Conservação (UCs) vem sendo travado com frequência na última década no Brasil. Não são poucos, nem recentes, os conflitos que envolvem UCs, comunidades tradicionais, agentes econômicos e governo. Especialmente no Rio de Janeiro, diversos noticiários mostraram a entrada de investimentos de grupos estrangeiros nos setores turístico e imobiliário em UCs situadas na área costeira.

As áreas mais polêmicas são as Áreas de Proteção Ambiental - APAs de Maricá, no município do mesmo nome, e do Pau Brasil nas localidades do Perú, em Cabo Frio e Tucuns, em Búzios. Tal inquietação se deve aos anúncios de instalação de resorts nas UCs e em trechos do ecossistema de restinga, com total aprovação das prefeituras e do órgão ambiental do estado, a Fundação Estadual de Engenharia Ambiental - FEEMA (atualmente incorporada ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA).

Na APA de Maricá a situação é agravada pela presença da comunidade pesqueira de Zacarias, presente na localidade desde o século XVIII. O projeto de implantação de um resort, poderá descaracterizar grande parte da APA, a única com uma grande área de vegetação de restinga preservada do município. Este ecossistema abriga flora e fauna significativa (inclusive aves migratórias e espécies endêmicas e ameaçadas de extinção), além de possuir sítios arqueológicos a serem estudados, consistindo num patrimônio ambiental, cultural, arqueológico e científico.

O contexto regional é marcado pelo dinamismo econômico promovido pela instalação do Complexo Petroquímico de Rio de Janeiro – COMERJ no município de Itaboraí, ao norte de Maricá. Todo o Leste Metropolitano está envolvido com este empreendimento da Petrobrás que trará profundas transformações na economia, sobretudo no setor industrial, e no fluxo populacional nos próximos vinte anos. A nova inserção de Maricá no estado ocorre pela sua posição estratégica, entre o grande empreendimento e o litoral. Assim o projeto do resort em Maricá faz parte deste novo quadro econômico regional.

Sendo assim, identificamos os seguintes agentes da disputa territorial: MEMBROS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO ESTADUAL E MUNICIPAL - representado pelos governantes daquela área e que estão a favor da construção de um resort na APA; PROPRIETÁRIOS/EMPRESÁRIOS LUSO-ESPANHÓIS - buscam se apropriar daquela área para a construção de um empreendimento bilionário; COMUNIDADE DE PESCADORES - querem permanecer na área ocupada de onde provém o seu sustento; SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA e os PROFESSORES E ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

Fica imprescindível, portanto, manter-se o fluxo genético de grande biodiversidade presente na área com vistas a garantir a perpetuidade dos recursos naturais, o que somente será alcançado preservando os locais que formam o mosaico biótico da restinga.

Com base nos posicionamentos (prós e contras) oriundos de diversos setores da sociedade que se vêm fortemente envolvidos com a possível construção de um conglomerado hoteleiro na região de restinga, apresentaremos nossas conclusões - um conflito territorial com diferentes agentes e objetivos - sobre o impasse socioeconômico e ambiental que ocorre, e também a partir de nossas análises expor opiniões sobre uma solução viável para a utilização da área, de maneira que respeite o ambiente e traga benefícios para a cidade e a permanência da colônia de pescadores de Zacarias.

Metodologia

A Metodologia consistiu em três etapas conceituais e uma prática. Iniciamos discutindo sobre o significado de APA, restinga, comunidades de pescadores, dentre outros; em um segundo momento visitamos a comunidades dos pescadores de Zacarias e entrevistamos alguns pescadores; Sabendo um pouco mais sobre o local, começamos a discutir sobre os temas da geografia que se entrelaçavam com as condições daquela área. Discutimos o conceito de território em textos de SOUZA e HAESBAERT; em uma última etapa buscamos um paralelo entre os assuntos abordados e sua inserção em sala de aula, e também soluções viáveis para essa área da restinga de Maricá e a comunidade de pescadores.

Objetivo

O trabalho tem como meta realizar uma análise crítica sobre a disputa de poder sobre o uso do território da APA, o qual terá como foco os possíveis efeitos sócio-ambientais da

implantação de um mega empreendimento imobiliário e turístico transnacional em uma área de restinga no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.

Procuramos aqui analisar a forma com que essa construção poderá refletir e as conseqüências que poderão advir sobre a sociedade maricaense em geral e principalmente no tocante à comunidade de pescadores de Zacarias, localizada em plena APA de Maricá; que utilizam o local como meio de subsistência e o habitam há gerações.

Resolvemos enfatizar a situação da comunidade citada por acreditar que será a parcela da população do município que terá que lidar de modo mais próximo com os diversos resultados oriundos da instalação do resort.

1. RESTINGA: Um conceito amplo

Uma breve definição de restinga atribui-se para todos os tipos de depósitos arenosos litorâneos, de origens variadas, caracterizados, em geral, por superfícies baixas e levemente onduladas, com suave declive rumo ao mar. Podemos considerar como “vegetação de restinga” o conjunto de comunidades vegetais fisionomicamente distintas, sob influência marinha e flúvio-marinha, distribuídas em mosaico e em áreas com grande diversidade ecológica, dependendo mais da natureza do solo do que do clima.

Quando o fator a ser analisado é o econômico, a restinga possui grande importância, por exemplo, no setor paisagístico e ornamental, visto que apresentam grande valor visual, por ser um ecossistema que abriga espécies muito interessantes e por estarem adaptadas às condições costeiras, rústicas e resistentes. A restinga possui uma ínfima quantidade de espécies de uso medicinal, como: as clusias, o sumaré, o salsão-da-praia. Há também as frutas de grande valor alimentício, por exemplo: o caju e a pitanga. Além de abrigarem grandes depósitos arqueológicos, os quais mostram fases marcantes da pré-história do homem. O uso conservacionista do ecossistema de restingas facilitaria o controle, por exemplo, em zonas urbanas costeiras, de espécies com potencial para pragas como os cupins, as formigas, os escorpiões e as baratas.

A preservação do perfil arenoso do solo é importante para a ocupação urbana em áreas de restinga, pois por esse solo ser altamente poroso, a água das chuvas infiltra-se nele com facilidade, o que reduz os riscos de enchentes e os custos com obras de drenagem.

1.1 A APA DE MARICÁ

A área de proteção ambiental de Maricá está localizada no litoral do Estado do Rio de Janeiro (imagem- 1), com cerca de 8km de extensão (Acompanha o litoral desde a Ponta Negra até a Ponta de Itaipuaçu). A área é composta pela restinga (Fazenda São Bento da Lagoa), ilha Cardoso, Ponta do Fundão e o Morro do Mololô, sendo as três últimas constituídas por tabuleiros costeiros cobertos por vegetação de mata atlântica e possuem falésias esculpidas pelo mar em terrenos terciários. Em algumas áreas possui altura variável entre 2m e 5m, com trechos de vegetação típica de restinga: cactos, bromélias, espécies diversas de gramíneas e arbustos de baixo porte.

Aproximando-se do mar, a vegetação fica caracterizada por um duplo cordão arenoso coberto por dunas ainda bastante preservadas que protegem a costa contra a ação erosiva do mar, tão violento neste litoral. O cordão mais interno, o primeiro é o mais antigo, tem aproximadamente sete mil anos e o externo, o segundo é o mais recente, com cerca de três mil anos. Um sistema de praia compreende um processo de erosão e deposição constante para o equilíbrio de mesmo, onde as dunas têm função de depósito de sedimentos para o ambiente costeiro. Esta estrutura diversificada promove a criação de vários micro-ambientes facilitando o desenvolvimento de diversas formações vegetais que caracterizam este complexo ecossistema de restinga. Atualmente o trecho compreendido pela APA está sofrendo uma degradação pela disposição inadequada de lixo, pelo desmatamento e a ocupação urbana restringe-se apenas à aldeia de Zacarias, tradicional núcleo de pescadores que vivem em perfeita harmonia com o ambiente . Sendo assim, uma intervenção humana pode alterar de forma irreversível tal sistema, onde acarretaria um desequilíbrio no transporte de sedimentos, no que diz respeito aos cordões arenosos, e com isso poderia ocorrer um acúmulo em uma certa região e excessiva ação erosiva em outra. A área ainda possui espécies de flora (cerca de 408 espécies) e fauna endêmicas e ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos, infinidade de recursos minerais, além de uma abrangente biodiversidade. É a restinga mais pesquisada no Brasil pelas universidades mais renomadas como UFRJ, UFRRJ, UFF e UERJ.

1.2 A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Na década de 1980 as associações ambientalistas, a comunidade local e científica e o poder público propuseram a criação de uma unidade de conservação na região de restinga de Maricá, no intuito de evitar o processo de urbanização e pelo notável patrimônio ambiental da região, que abriga um conjunto de ecossistemas e paisagens cênicas ímpares. A área de proteção ambiental (APA) da restinga de Maricá foi criada em 1984 durante o exercício do governo de Leonel Brizola, porém a área foi transformada num tipo de unidade de conservação que não obrigava ao Estado a indenização ao proprietário. Ou seja, a área continua a ser uma propriedade privada, o que freqüentemente coloca os pescadores e o ecossistema em ameaça diante da implantação de algum empreendimento no local, além de não possuir uma sede nem um Conselho Gestor.

Após várias tentativas de implantar o plano diretor da UC, em 2007, o governo do estado do Rio de Janeiro, elaborou e institui por Decreto Estadual o Plano de Manejo e seu respectivo zoneamento (vide o mapa 2.2.1) para ordenar a ocupação da área. Este plano de manejo permite a ocupação urbana em diversas áreas com dunas e cobertas por vegetação primária, como pode ser visto no mapa a seguir. Nas áreas em verde claro e rosa o parcelamento de terras para fins urbanos, residencial e turístico é permitido, contrariando as bases legais federais e estaduais sobre a proteção do entorno lagunar, das dunas, da vegetação primária e dos sítios arqueológicos.

Desde sua criação, a APA de Maricá, vem sendo alvo de um intenso processo de discussão envolvendo o poder público, a comunidade local, instituições de pesquisa e o(s) proprietário(s) da área, motivados pelo interesse econômicos ali existentes.

Em 1635, o Senhor Capitão Governador do Rio de Janeiro dá aos padres a posse da terra. No ano de 1913, foi registrada no cartório do Rio de Janeiro a venda de terras do Mosteiro de São Bento ao Coronel Joaquim Mariano de Castro Junior. Já em 1919, o senhor Joaquim Mariano de Azevedo de Castro herda as terras. Em 1943 Joaquim Mariano de Azevedo e Castro vende a fazenda São Bento de Maricá a Companhia Vidreira do Brasil - COVIBRA.

No ano de 1970, a Sociedade de Exploradores Agrícolas e Industriais S.A. (SEAI) compra a Companhia Vidreira do Brasil (COVIBRA). Em 1972 o senhor Lucio Thomé Feteira compra da Cia Urbanizadora São Bento da Lagoa a SEAI e mais tarde hipoteca a São bento

Urbanização e Turismo Ltda para construir na área uma comunidade denominada Cidade São Bento da Lagoa.

Já no ano de 1978, houve o cancelamento da hipoteca e a responsabilidade de preservação da área de floresta passa a ser do Sr. Lucio Thomé Feteira. Já em 1989, o proprietário realiza promessa de venda para a CR ALMEIDA com transferência de 50% em troca da realização de obras de infra-estrutura para que fosse dividida a área em lotes. Porém no ano de 2000, Lúcio Thomé Feteira vende para a TERRA OURO TERRENOS E INVESTIMENTOS Ltda que assume o termo de responsabilidade de preservação da área de floresta. Atualmente a posse das terras pertence a um grupo estrangeiro que pretende instalar na área um enorme complexo hoteleiro.

2. A COMUNIDADE DE ZACARIAS

A comunidade de Zacarias situa-se há mais de dois séculos na região, localizada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA), na margem da Lagoa de Maricá, ocupando uma faixa com cerca de 100 metros de largura. “Escandido entre a Ponta da Pedra e a Ponta do Capim, o casario do povoado amoldava-se à vegetação baixa da restinga”. (Mello e Vogel, 2004, p. 29). É constituída por aproximadamente 42 domicílios e tem uma população de 150 pessoas (dados referentes ao Plano Diretor de 1995), em sua maioria oriunda do próprio local (mais de 90% de seus moradores nasceram no núcleo). Segundos relatos dos pescadores, hoje habitam a comunidade de Zacarias entorno de 60 famílias que vivem da pesca, sendo a população em si constituída de mais de 300 pessoas. Esta comunidade é descendente de três principais famílias (o clã dos Marins, Costa e os Marques) e os não nativos estão na comunidade por relações de casamento e muitas vezes são descendentes das mesmas famílias, mas moravam em Niterói ou em Saquarema.

A população apresenta dominância de homens, e sua maior parte tem como atividade econômica à pesca, porém alguns pescadores têm outro emprego complementar em sua renda mensal, muitas vezes ligado ao setor terciário (construção civil). Em relação à pesca artesanal, o município de Maricá até o início da década de 50 tinha sua economia baseada na própria pesca, no entanto a partir da abertura do canal de Ponta Negra, ligando a Lagoa de Guarapina ao mar houve uma redução nos estoques pesqueiros da região, principalmente o camarão, devido à

inversão da salinidade e nos dias de hoje a produção está reduzida para um atendimento precário à demanda local.

Um dos grandes impasses que atingem a região atualmente em relação à colônia de pescadores seria que de acordo com o projeto de implantação do resort, haveria a construção de uma marina com capacidade para aproximadamente 1000 embarcações (vide o tópico quatro). No entanto para que seja construída a marina, seria necessária a construção de um novo canal ligando a lagoa de Maricá ao oceano, o que poderá ocasionar um novo dano ao ecossistema, provocando, por exemplo, a diminuição do espelho d'água da lagoa. Outra questão a ser ressaltada, a população de Zacarias não possui o título de propriedade de terra na qual se localizam, apesar de que já há diversas reuniões marcadas com o intuito de resolver a questão da posse, e nem o “Termo de Permissão do Uso da Faixa Marginal de Proteção, expedido pela SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas”. (LIMA, 2007, p.33)

Não é a primeira vez que os pescadores de Zacarias são ameaçados de perderem o seu local de trabalho e moradia. Em meados dos anos oitenta o antigo proprietário, Lúcio Tomé Feiteira, planejou a construção de um empreendimento urbano na área denominado Cidade São Bento da Lagoa. O processo foi revertido com a mobilização dos pescadores junto a movimentos ambientalistas locais e membros das universidades.

Uma área muito importante para o equilíbrio biológico do sistema lacunar de Maricá e principalmente para a sobrevivência da comunidade de pescadores de Zacarias, são os brejos formados entre-cordões e a orla das lagunas. Esses brejos, tidos como locais insalubres, são locais ricos em nutrientes que garantem fornecimento de material nutritivo para as cadeias alimentares das lagoas, são áreas de desova e abrigo para uma fauna variada, além de garantir a economia dos pescadores de Zacarias por serem habitat de diversas espécies de peixes.

3. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO RESORT

O projeto ambicioso de construção de um empreendimento imobiliário e turístico do tipo resort, que caso for liberado para a construção será realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Brasileiro (IDB), braço no Brasil do grupo de empresários portugueses e espanhóis, que são os atuais proprietários da área, prevê um investimento segundo o projeto estimado na ordem de US\$ 4 bilhões, sendo R\$ 320 milhões investidos em água e esgoto. Segue abaixo a imagem do projeto do resort.

Um dos argumentos do projeto de construção do resort denominado Fazenda São Bento da Lagoa, seria a junção de comodidade com a natureza. Outro fator levado em consideração pela construtora na publicidade do local, seria a tranquilidade, a segurança e o conforto de uma área isolada, permitindo que as pessoas desfrutem dos mais elevados padrões de qualidade de vida.

Segundo o grupo Madrilisboa, o futuro complexo turístico e residencial que se instalará na restinga de Maricá, entre a lagoa de Maricá e o Oceano Atlântico, possui 8 km de praia com areia branca e mar cristalino, aproximadamente 840 hectares. O resort possuirá uma área de projeto exclusivo, englobando moradias de luxo (condomínio de casais e prédios), marina privada para mil embarcações (a partir da abertura de um novo canal) grandes zonas desportivas (campo de golfe), SPA, teatro, parque empresarial, piscinas, hotéis que permitirá aos freqüentadores em seu tempo livre, desfrutar de toda essa magnífica estrutura. Faz parte ainda do projeto, a criação de um complexo de turismo ecológico e a recuperação das áreas de brejo.

O projeto baseia-se nos problemas que segundo o grupo são de grande importância, como a desordem urbanística, a deteriorização da natureza e a “necessidade” de maior qualidade de vida para a população maricaense. O slogan do projeto do resort é: “Fazenda de São Bento da Lagoa, um lugar onde se despertam os sentidos”.

4. POSIÇÕES PRÓ E CONTRA A INSTALAÇÃO DO RESORT

Segundo o ex-prefeito de Maricá, Ricardo Queiróz, a instalação do empreendimento será de ganho ambiental, uma vez que de acordo com o projeto o grupo irá investir R\$ 320 milhões em água potável e esgoto sanitário tratado, o que vai contemplar todo o município, além de revitalizar as lagoas, tornando-as navegáveis e atrativas. Outro argumento do ex-prefeito é a possibilidade de cerca de quarenta mil empregos (utilizando e qualificando profissionalmente a mão-de-obra local) em torno da implantação do resort e da emancipação econômica que o investimento garantirá a Maricá.

Em uma reunião pública no dia 10/10/2007 pela Feema – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – no município, o ex-prefeito Ricardo Queiróz, alertou para o risco da aceleração da degradação da área devido à aproximação da instalação do complexo petrolífero (Comperj) em Itaboraí, o que irá refletir em um aumento populacional de Maricá. Ressaltou a importância de instalação de empreendimentos turísticos na área, o que pode ser

fundamental para a sua conservação, bem como ser fator decisivo no desenvolvimento sustentável da cidade, através do segmento turístico. Outro ponto citado pelo ex-prefeito foi à manutenção da comunidade de pescadores de Zacarias com melhorias habitacionais, construção e implantação de um Instituto de Pesquisa da Restinga, com o objetivo de conservar e proteger a vegetação nativa, além de acompanhar a qualidade das águas e do ar e por último a instalação da Casa do Pescador com o intuito de desenvolver atividades econômicas e educacionais para os pescadores e os familiares.

Ao analisar os ganhos que a instalação do resort poderá provar, o ex-prefeito afirmou: “Temos que pensar com muita responsabilidade, o ganho não vai ser só econômico, vamos ganhar muito em meio ambiente e por conseqüência, também vamos crescer socialmente. Maricá só tem a ganhar com este projeto”, disse Ricardo, lembrando ainda da perenidade da indústria turística ao contrário do crescimento promovido pela atividade petrolífera, que tem tempo para acabar. O prazo para o início do projeto depende da aprovação da Feema e da Serla, que já estão realizando o estudo técnico, e de audiência pública.

Apesar desses diversos argumentos, muitas coisas são questionadas na construção do resort. A primeira delas é na questão política, segundo matéria do jornal *O Globo*, vereadores de Maricá viajaram para a Espanha, com tudo pago pelos empresários do grupo que está investindo na construção. Esse fato põe em dúvida a legitimidade da aprovação desse projeto, devido aos “interesses” desses vereadores. Também é averiguável que a imprensa local está fazendo campanha a favor da construção, o que conseqüentemente forma nos leitores uma imagem positiva desse possível resort. O próprio jornal “A voz de Marica” estampou em sua capa a seguinte manchete: “Marica quer o resort: A imprensa maricaense faz campanha para a construção do resort na restinga”.

Existem ainda outros fatores contra a construção. O professor Doutor da UFF Werther Holzer, em uma entrevista dada ao jornal *O rebate*, apontou alguns problemas que a possível instalação do resort causará. Ao ser perguntado se o município de Maricá tem condição de absorver a mão de obra após a construção ele disse “Provavelmente não, o impacto poderá, e deverá ser direto: favelização de grandes áreas do município”. E esse não é o único problema apontado por ele; na questão da lagoa os problemas podem ser ainda maiores:

“Quanto à dragagem das lagoas; este é com certeza o impacto mais sério do projeto, e neste caso não se trata de suposição, pois se a Marina projetada for implantada todo o sistema lacunar terá que ser dragado. Como a profundidade média deste sistema hoje, segundo dados de cartas batimétricas não deve passar de algo

entorno dos 60 cm, os impactos são previsíveis: salinização, desestabilização de margens, diminuição significativa do espelho d'água e, inclusive, a possibilidade da desestabilização da faixa arenosa da restinga”.

CONCLUSÃO

Após serem analisados os fatos e dados, uma possível solução encontrada pelo grupo em relação à área da provável implantação do resort, seria a implementação do Parque da Restinga e da Reserva Extrativista Restinga de Maricá. De acordo com a definição no Atlas Geográfico Escolar do IBGE 2007, reserva extrativista seria:

“Unidade de conservação cuja a área é utilizada por populações extrativistas tradicionais para os quais a subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais”.(p.192)

No que tange a futura utilização da área de proteção ambiental, na reserva seria incentivado o uso da restinga para realização de pesquisas científicas (a ser implantado por instituições de pesquisa) bem como visitas guiadas (cobrando um valor simbólico), excursões de programas de educação ambiental ou cursos avulsos (sobre ecologia, sistema de lacunas, etc). Vale ressaltar que a mão-de-obra utilizada neste projeto seria a local que no caso da restinga de Maricá são os próprios pescadores da comunidade de Zacarias e seus familiares, após passarem por um curso de formação de guias que poderá ser elaborado, por exemplo, pela prefeitura.

Sendo assim, os pescadores manteriam sua principal atividade econômica tradicional, a pesca e teriam uma renda extra, oriunda com o trabalho de guia do parque. Além de garantir a pesca artesanal, estariam assegurados a ecossistema, a área costeira, o sistema lagunar, os sítios arqueológicos e a pesquisa científica.

Portanto, a partir da situação retratada, vimos como necessidade informar para as pessoas no sentido de fazer emergir para o foco discursivo vigente toda a questão que envolve a implementação do resort na restinga, não como oposição direta a esse tipo de construção no município de Maricá, mas sim a instalação deste tipo de infra-estrutura de tamanha magnitude dentro de uma Área de Preservação Ambiental.

É necessário deixar bem claro que na concepção do grupo de pesquisa, a implantação do resort que possui um projeto bem “elaborado” e grandioso seria de bom proveito para a

economia do município, porém somente se for construído em local apropriado, fora da área de proteção ambiental.

Caso o resort seja realmente construído na APA, todo ecossistema local será atingido e poderá ter conseqüências irreversíveis. Em relação à comunidade de pescadores de Zacarias provocará o fim de suas atividades que duram centenas de anos. Considerando que o ambiente da restinga é formado por uma especificidade de recursos naturais (biótico e abiótico) acreditamos ser a melhor forma de utilização da área, como citamos anteriormente, a instalação de um parque ecológico que viabilizaria a preservação de seus atributos naturais, ao mesmo tempo movimentaria a economia do município de forma a prover um desenvolvimento econômico que assegure aos pescadores sua fonte de renda e conscientizaria todos moradores da região de Maricá sobre a importância da preservação ambiental enquanto uma questão social.

REFERÊNCIAS

LIMA, Flávia Valença. **Conflitos sócio-ambientais na APA de Maricá**: um foco na Fazenda São Bento da Lagoa. Rio de Janeiro, IBGE – Tese de pós-graduação, 2007.

MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno. **Gente das areias**: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro: Maricá-RJ: 1975 a 1995. Niterói: EDUFF, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado); Decreto nº 21.287, de 23 de janeiro de 1984. **CECA**: Comissão Estadual de Controle Ambiental. Rio de Janeiro, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Área de Proteção Ambiental**: Plano Diretor. Rio de Janeiro: Feema/Ceca, 1995.

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR/ IBGE. Rio de Janeiro, 2007.

Sites:

Disponível em <<http://www.marica.rj.gov.br>> Acesso em 22 out. 2007

Disponível em <<http://www.marica.com.br/2007>> Acesso em 23 out. 2007

Jornais:

MENDES, Thaís. Favelas avançam no cenário de Arraial do Cabo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2007. Caderno Rio, p.30.

RIBEIRO, Artur Marques. Imprensa de Maricá faz campanha para construção de resort. **A Voz de Maricá**, Maricá, out. 2007.